

AVISO**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR VALOR
(COMPRA DE BENS)**

COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS – COTEP Nº 153/2024		
PROCESSO ADMINISTRATIVO:	1441003 000153/2024	
CONTRATANTE:	Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais	
OBJETO:	Aquisição de espelho para banheiro e espelho de segurança para a Sede IV da DPMG, sob a forma de entrega integral.	
VALOR TOTAL:	R\$15.204,17	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	MENOR PREÇO	
EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS:	SIM	
LOCAL: Portal de Compras do Estado de Minas Gerais - http://compras.mg.gov.br/		
PERÍODO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS: De 19/12/2024 às 17:45 horas até 27/12/2024 às 08:55 horas		
DATA DA SESSÃO DE LANCES	HORÁRIO DA ABERTURA	HORÁRIO DO FECHAMENTO
27/12/2024	09:00 horas	15:00 horas

1. PREÂMBULO

1.1. Torna-se público que a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS** realizará procedimento de dispensa de licitação por valor, na forma eletrônica (COTEP), com o critério de julgamento de menor preço, regime de empreitada por preço global, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Resolução SEPLAG nº 34, de 24 de março de 2023, e demais legislações aplicáveis.

2. OBJETO

2.1. O objeto da presente cotação eletrônica de preços - COTEP é a aquisição de espelho para banheiro e espelho de segurança para a Sede IV da DPMG, sob a forma de entrega integral, conforme especificações e condições constantes deste aviso de dispensa de licitação por valor e dos seus anexos.

2.2. Havendo mais de um lote, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Ressalta-se que ao optar por participar do lote, a proposta deverá contemplar todos os itens que o compõe.

2.3. Em caso de divergência entre as disposições deste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor e de seus anexos, e as demais

peças que compõem o processo e/ou as especificações do objeto descritas no Portal de Compras/MG, prevalecerão as deste Aviso.

3. PARTICIPAÇÃO NA COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS - COTEP

3.1. A participação na presente Cotação Eletrônica de Preços - COTEP se dará exclusivamente por meio do Portal de Compras do Estado de Minas Gerais.

3.1.1. As orientações para participação na Cotação Eletrônica de Preços – COTEP são apresentadas no Manual COTEP MG - NLLC - Versão Fornecedor.

3.1.2. A aplicação dos benefícios previstos no arts. 49, inciso IV e 48, inciso I da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006 c/c o art. 14, inciso III, do Decreto Estadual nº 47.437, de 2018, ocorrerá de acordo com o estabelecido no Anexo I - Termo de Referência.

3.2. A obtenção do benefício a que se refere o subitem 3.1.2:

3.2.1.1. não se aplica no caso de contratação direta para compra de bens em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.1.2. fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.1.3. para efeitos de observância do limite financeiro previsto nos subitens 3.2.2.1. e 3.2.2.2, deverá ser considerado o valor a ser despendido em toda a vigência contratual, incluindo eventuais prorrogações ou as vigências originais plurianuais.

3.2.2. Para fins do disposto neste aviso, o enquadramento dos beneficiários indicados no caput do art. 3º do Decreto Estadual nº 47.437, de 2018, se dará da seguinte forma:

3.2.2.1. microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme definido nos incisos I e II do caput § 4º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006;

3.2.2.2. agricultor familiar, conforme definido na Lei Federal nº 11.326, de 2006;

3.2.2.3. produtor rural pessoa física, conforme disposto na Lei Federal nº 8.212, de 1991;

3.2.2.4. microempreendedor individual, conforme definido no § 1º do art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006;

3.2.2.5. para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, conforme definido no art. 34 da Lei Federal nº 11.488, de 2007, e no art. 4º da Lei Federal nº 5.764, de 1971.

3.3. Poderão participar desta COTEP os fornecedores cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto deste instrumento convocatório, e que estejam regularmente inscritos no Cadastro Geral de Fornecedoros – CAGEF do Estado de Minas Gerais, conforme Decreto Estadual nº 47.524, de 2018, e da Resolução SEPLAG nº 93, de 2018.

3.3.1. A inscrição no CAGEF deve ser realizada no prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis antes da data da abertura da COTEP, por meio do site www.compras.mg.gov.br - Opção Cadastro de Fornecedoros.

3.3.2. Cada fornecedor deverá inscrever, no mínimo, um representante para atuar em seu nome no sistema, sendo vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um fornecedor na presente COTEP.

3.3.3. O representante receberá uma senha eletrônica de acesso, de caráter pessoal e intransferível, ficando excluída da responsabilidade do provedor ou do órgão/entidade promotora da COTEP por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.3.4. É dever do responsável legal conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no CAGEF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3.5. A inscrição junto ao provedor do sistema implica a presunção da capacidade técnica do fornecedor e do seu representante para realização das transações inerentes à COTEP.

3.3.6. O fornecedor se responsabiliza:

3.3.6.1. pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante;

3.3.6.2. pelo acompanhamento das operações no sistema, admitindo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.3.7. Informações complementares a respeito da inscrição podem ser obtidas no site www.compras.mg.gov.br ou pela Central de Atendimento aos Fornecedoros, via e-mail: cadastro.fornecedores@planejamento.mg.gov.br, com horário de atendimento de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 16:00h.

3.4. Não poderão participar desta COTEP os fornecedores:

3.4.1. que não atendam às condições deste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor e seu(s) anexo(s);

3.4.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.4.3. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.4.4. que se enquadrem nas seguintes vedações:

3.4.4.1. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.4.4.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.4.4.2. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação direta versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.4.4.3. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da COTEP, impossibilitada de participar em decorrência de sanção que lhe foi imposta, conforme legislação vigente.

3.4.4.3.1. O impedimento de que trata o subitem anterior será também aplicado ao participante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do participante.

3.4.4.4. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na COTEP ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.4.4.5. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 1976, concorrendo entre si.

3.4.4.6. empresas que tenham como proprietários controladores ou diretores membros dos poderes legislativos da União, Estados ou Municípios ou que nelas exerçam funções remuneradas, conforme art. 54, II, "a", c/c art. 29, IX, ambos da Constituição da República.

3.4.4.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Aviso de Dispensa de Licitação por Valor, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4. CADASTRAMENTO DA PROPOSTA E INGRESSO NA COTEP

4.1. Durante o período estabelecido neste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor, o fornecedor interessado encaminhará a sua proposta, exclusivamente, por meio do Portal de Compras do Estado MG, informando, obrigatoriamente no sistema:

4.1.1. a marca; e

4.1.2. o valor unitário e o valor total de cada lote.

4.2. Os preços ofertados, tanto na fase do lançamento da proposta no sistema, quanto na sessão de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, e deverão:

4.2.1. ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.

4.2.2. incluir todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente do fornecedor, inclusive os custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.3. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Anexo I - Termo de Referência, e do compromisso de cumprir o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os bens em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução do objeto, promovendo, quando requerido, sua substituição, quando for o caso.

4.5. O prazo de validade da proposta não será inferior à 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

4.6. No cadastramento da proposta, o fornecedor deverá, também, assinalar em campo próprio do Portal de Compras, às seguintes declarações:

4.6.1. que manifesta ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concorda com suas condições, declara que a sua proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos, nos termos do art. 63, §1º, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1.988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo a atendo aos requisitos de habilitação neles estabelecidos.

4.6.2. que inexistente impedimento à sua habilitação, e comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade Contratante;

4.6.3. que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1.988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

4.6.4. a ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação direta

4.6.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitação da Previdência Social, previstas em lei nos termos do art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991 e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

4.6.6. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras;

4.6.7. No caso de fornecedor beneficiário (ME/EPP/Equiparadas) indicado no caput do art. 3º do Decreto Estadual nº 47.437, de 2018, também deverá ser declarado:

4.6.7.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº. 14.133, de 2021.

4.6.7.2. que caso possua restrição no(s) documento(s) de regularidade fiscal, assume o compromisso de promover a regularização caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação.

4.7. Os fornecedores estabelecidos no Estado de Minas Gerais que usufruem do benefício de isenção do ICMS, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 48.589, de 2023, deverão informar na(s) proposta(s) que será(ão) encaminhada(s) no Portal de Compras, o(s) preço(s) resultante(s) da dedução do ICMS, conforme Resolução Conjunta SEPLAG/SEF nº 3.458, de 2003 e alterações.

4.7.1. As fases de classificação das propostas, etapa de lances, o julgamento dos preços, a adjudicação e a homologação serão realizadas a partir dos preços dos quais foram deduzidos os valores relativos ao ICMS.

4.7.2. O disposto nos subitens 4.7 e 4.7.1. não se aplica aos contribuintes mineiros optantes pelo regime do Simples Nacional.

4.8. As informações da(s) proposta(s) comercial(is) encaminhada(s) pelo sistema podem ser alteradas pelo fornecedor até a data e horário marcados para a abertura da sessão.

5. FASE DE LANCES

5.1. Na data e horário estabelecidos neste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor, a sessão pública será automaticamente aberta para o envio de lances públicos e sucessivos, sendo encerrada no horário de finalização de lances também já previsto neste Aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances, exclusivamente por meio do Portal de Compras MG.

5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do lote.

5.2.2. O fornecedor somente poderá oferecer lance de valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado, observado o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, quando for o caso, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

5.2.3. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$01,00 (um centavo).

5.3. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, bem como todas as mensagens trocadas no “chat” do sistema, sendo vedada a identificação do fornecedor.

5.4. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para envio de lances, o Portal de Compras MG ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação, observado o respectivo critério de julgamento.

5.5. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5.6. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.7. Na hipótese de haver lances iguais, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no Portal de Compras MG.

5.7.1. Na hipótese de não serem enviados lances, e haver empate entre duas ou mais propostas, será realizado sorteio para classificação das propostas empatadas.

6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a compra.

6.1.1. Havendo necessidade, o responsável pelo procedimento poderá suspender a sessão posteriormente à conclusão da etapa de lances, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.2. Poderá haver a negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado, exclusivamente por meio do Portal de Compras MG e de forma pública e transparente. O(s) valor(es) da negociação deverá(ão) ser registrado(s) em campo próprio do referido sistema.

6.3. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, tiver a sua proposta desclassificada em razão de sua oferta permanecer acima do preço máximo definido para a compra, a negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do Portal de Compras MG, respeitada a ordem de classificação.

6.4. Estando o preço compatível, será solicitado ao fornecedor classificado em primeiro lugar o envio da sua proposta comercial assinada e adequada ao(s) último(s) valor(es) ofertado(s) ou, quando não ocorrerem lances, contendo o(s) preço(s) inicialmente ofertado(s), devendo ser observado o modelo apresentado no Anexo II – Proposta Comercial, e o disposto a seguir.

6.4.1. A proposta deverá conter a descrição do objeto ofertado, a marca e modelo do produto (quando for o caso), e o preço unitário e total, devidamente atualizado.

6.4.2. Caso a proposta e os documentos que a acompanham sejam assinados por mandatário, deverão ser encaminhados, também a procuração e cópia da carteira de identidade do mandatário subscritor.

6.4.3. Caso esteja classificado em primeiro lugar, o fornecedor mineiro, não optante pelo Simples Nacional, deverá:

6.4.3.1. informar na proposta comercial o preço resultante da dedução do ICMS e o preço com ICMS.

6.4.3.2. anexar à sua proposta comercial, a ficha de inscrição estadual, na qual conste a opção pelo Simples Nacional, podendo o responsável pelo procedimento, na sua falta, consultar a opção por este regime através do site: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>.

6.5. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita da área técnica especializada no objeto.

6.6. Será desclassificada a proposta classificada em 1º lugar:

6.6.1. que contiver vícios insanáveis;

6.6.2. que descumprir às especificações técnicas pormenorizadas contidas neste instrumento convocatório;

6.6.3. que apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a compra;

6.6.4. que não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e/ou

6.6.5. que apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste instrumento convocatório, desde que insanável.

6.7. Será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

6.7.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da compra, por apresentar preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.7.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, deverão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim

sucessivamente, na ordem de classificação.

6.11. Da Apresentação de Amostras/Prova de Conceito/Prospecto

6.11.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência, Anexo I deste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor.

7. HABILITAÇÃO

7.1. Como condição prévia ao exame dos documentos de habilitação do fornecedor classificado em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura compra, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

CONSULTA AOS CADASTROS	FORNECEDOR PESSOA JURÍDICA - CNPJ	FORNECEDOR PESSOA FÍSICA - CPF	SÓCIO MAJORITÁRIO* - CPF
CADIN – Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais acessível pelo site http://consultapublica.fazenda.mg.gov.br/ConsultaPublicaCADIN/consultaSituacaoPublica.do ;	SIM	SIM	NÃO
CAGEF/CAFIMP – Cadastro de Fornecedores Impedidos acessível pelo site https://www.cagef.mg.gov.br/fornecedor-web/br/gov/prodemge/seplag/fornecedor/publico/index.zul	SIM	SIM	NÃO
Consulta da situação eleitoral, acessível pelo site https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/titulo-e-local-de-votacao/copy_of_consulta-por-nome	NÃO	SIM	NÃO
Certidão de Licitantes Inidôneos TCU, acessível pelo site https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:111970551082228:::P3_TIPO:CPF	NÃO (Consultas já integram a certidão consolidada do TCU)	SIM	NÃO
Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) mantidos pela Contraladoria-Geral da União (CGU), acessível pelo site https://certidoes.cgu.gov.br/		SIM	NÃO
Consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), acessível pelo site https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form		SIM	SIM
Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (Integra 4 certidões: (1) Licitantes Inidôneos, (2) CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, (3) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e (4) CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas . Acesso disponível no site https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/	SIM	NÃO	NÃO
Nota: * A consulta ao cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) será realizada em nome do fornecedor melhor classificado e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.			

7.1.1. Caso conste na consulta a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.1.3. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

7.1.4. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.2. Caso atendidas as condições de participação, o responsável pelo procedimento iniciará a análise dos documentos de habilitação do fornecedor classificado em 1º lugar, sendo exigidas aquelas elencadas neste Aviso de Dispensa de Licitação e no Anexo I - Termo de Referência.

7.2.1. A verificação dos documentos será realizada por meio de consulta ao Cagef, assegurado aos demais participantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

7.2.2. O fornecedor deverá manter atualizadas as comprovações constantes do CRC para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

7.2.3. Havendo a necessidade de envio de documentos complementares aos já apresentados para a habilitação, na forma estabelecida no subitem 7.2.1, ou de documentos não constantes do Cagef, o fornecedor melhor classificado será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

7.2.3.1. A não regularização dos documentos constantes do CRC no prazo do subitem anterior implicará a inabilitação do fornecedor, salvo se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.2.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.2.4.1. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.2.4.2. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.2.5. Havendo mais de um lote, o fornecedor provisoriamente vencedor em um lote, que estiver concorrendo em outro lote, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do lote em que venceu às do lote em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

7.2.5.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) lote(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

7.3. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Dispensa Licitação Por Valor.

7.4. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.5. Constatado o pleno atendimento às exigências deste instrumento convocatório, o fornecedor será habilitado.

7.6. Da Habilitação Jurídica:

7.6.1. Documento de identificação, com foto, do responsável pela(s) assinatura(s) da(s) Proposta(s) Comercial(is).

7.6.2. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual.

7.6.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias, cooperativas ou empresas individuais de responsabilidade limitada e, no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores.

7.6.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas em se tratando de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

7.6.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

7.6.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.7. Da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

7.7.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

7.7.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

7.7.3. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.7.3.1. A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.

7.7.3.2. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma

da lei.

7.7.4. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço –FGTS.

7.7.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.7.6. Comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

7.8. Da Qualificação Econômico-Financeira

7.8.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, emitida nos últimos 06 (seis) meses.

7.8.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais:

7.8.2.1. Serão aceitos como na forma da Lei o Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

7.8.2.1.1. Sociedades regidas pela Lei Federal nº 6.404/76 (Sociedade Anônima):

7.8.2.1.1.1. Publicadas em Diário Oficial; ou

7.8.2.1.1.2. Publicados em jornal; ou

7.8.2.1.1.3. Por cópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;

7.8.2.1.2. Sociedades Limitadas (LTDA):

7.8.2.1.2.1. Por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento; ou

7.8.2.1.2.2. Por cópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou do domicílio do licitante.

7.8.2.1.3. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar Federal nº 123/06 (Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte) – “SIMPLES NACIONAL”:

7.8.2.1.3.1. Dispensa de apresentação do Balanço Patrimonial em razão da dispensa de escrituração prevista no artigo 1.179, §2º do Código Civil, e na Lei Complementar nº 123/2006.

7.8.2.2. Os documentos exigidos no subitem 7.8.2., quando forem próprios, deverão ser assinados pelo representante legal do licitante e pelo seu contador ou, quando publicados em Órgão de Imprensa Oficial, deverão permitir a identificação do veículo e da data de sua publicação e conter o nome do contador e o número de seu registro no Conselho Regional de Contabilidade.

7.8.2.3. As pessoas jurídicas obrigadas a adotar a Escrituração Contábil Digital–ECD, bem como as sociedades empresárias que facultativamente aderiram ao sistema, nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.774, de 2017, poderão apresentar a ECD para os fins previstos no subitem 8.16.2.2.

7.8.2.4. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo fornecedor de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I. ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

II. ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL:

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

III. ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE:

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

7.8.2.5. Caso a empresa fornecedora apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido

mínimo de 10 % do valor total estimado da compra.

7.8.2.6. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme disposto no art. 65, §1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.8.2.7. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

7.8.2.8. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

7.8.2.9. Caso o fornecedor seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei Federal nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

7.9. Da Habilitação de Consórcios:

7.9.1. Caso o Termo de Referência permita a participação de empresas reunidas em consórcio, deverá acompanhar os documentos de habilitação, a comprovação de compromisso público ou particular do consórcio, subscrito pelas empresas consorciadas, com apresentação da proporção de participação de cada uma das consorciadas e indicação da empresa líder, que deverá representar as consorciadas perante o Estado de Minas Gerais, observadas as normas do art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.9.2. Deverão ser apresentados os documentos previstos no item referente à Habilitação, por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

7.9.3. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio na fase de licitação e durante a execução do contrato.

7.9.4. Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item 7.9.1.

7.9.5. Apenas os consórcios compostos exclusivamente por beneficiários indicados no item 3.2.2.1. poderão usufruir dos benefícios legais da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, desde que a soma do faturamento das empresas consorciadas não ultrapasse o limite previsto no inciso II, artigo 3º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

7.9.6. Não é permitido que uma empresa, consorciada simultaneamente em mais de um consórcio ou de forma isolada, participe do mesmo procedimento de contratação.

7.9.7. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

7.10. Da Habilitação de Cooperativas:

7.10.1. Caso admitida a participação de cooperativas, os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

7.10.1.1. A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

7.10.1.2. A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

7.10.1.3. Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas.

7.10.2. Será exigida a seguinte documentação complementar:

7.10.2.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971.

7.10.2.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.

7.10.2.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual.

7.10.2.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107.

7.10.2.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato.

7.10.2.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

7.10.2.7. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação.

7.11. Da Qualificação Técnico-Operacional e/ou Técnico-Profissional:

7.11.1. Essas disposições, caso existentes, serão tratadas no Termo de Referência.

8. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

8.1. Encerradas as etapas de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade competente para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.1.1. Na hipótese de procedimento cuja pesquisa de preços tenha sido realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, nos termos do art. 10 da Resolução Seplag nº 102, de 2022, deverá ser juntada aos autos da contratação a declaração de disponibilidade orçamentária e financeira de que trata o inciso V do caput do art. 6º da Resolução Seplag n. 34 de 2023, como requisito para os atos de adjudicação e homologação.

8.2. Ao homologar o procedimento, as informações serão enviadas ao PNCP automaticamente, e ficarão disponíveis para consulta no Portal de Compras.

8.2.1. A ata ficará disponível no Portal de Compras, bem como será apensada aos autos do processo de contratação.

9. CONTRATAÇÃO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, o fornecedor a ser contratado será convocado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, de acordo com o art. 90 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob pena de decair do direito à compra, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor.

9.1.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.1.2. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente decorrentes desta contratação direta, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

9.2. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e de compra consignadas neste Aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato ou do instrumento equivalente.

9.2.1. As condições de apresentação de Garantia da Execução são aquelas previstas no Anexo I - Termo de Referência.

9.2.2. Caso o adjudicatário não apresente situação regular no momento de assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, ou se recuse a assiná-lo, serão convocados os fornecedores remanescentes, observada a ordem de classificação.

9.3. O aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.3.1. O instrumento equivalente está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

9.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

9.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e concordam com os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma lei.

9.5. O prazo de vigência da contratação encontra-se previsto no Anexo I - Termo de Referência.

9.6. Decorrido o prazo de validade da(s) proposta(s) comercial(is), sem convocação para assinatura do contrato, aceite ou retirada de instrumento equivalente, ficam os fornecedores liberados dos compromissos assumidos.

9.7. O instrumento de contrato, e demais atos firmados com a Administração, serão assinados de maneira eletrônica, por

intermédio do Sistema Eletrônico de Informações da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais - SEI/DPMG.

9.7.1. Para a assinatura eletrônica, caso ainda não possua cadastro, o(s) licitante(s) interessado(s) deverá (ão) acessar o Sistema Eletrônico de Informações da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais - SEI/DPMG, por meio do link [Sistema Eletrônico de Informações - Acesso Externo \(mg.def.br\)](https://sistema.def.br) e clicar em "Clique aqui para se cadastrar" ou <https://defensoria.mg.def.br/portal-sei/>, clicar em "Usuários externos" e em "Clique aqui para se cadastrar".

9.7.2. Dúvidas com relação ao cadastro no SEI podem ser encaminhadas para o e-mail usuarioexterno.sei@defensoria.mg.def.br.

9.7.3. A realização do cadastro como Usuário Externo no SEI/DPMG importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto Estadual nº 47.222, de 2017, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login/senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas e das informações prestadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

10. SANÇÕES

10.1. As sanções são aquelas previstas no Anexo I - Termo de Referência.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O procedimento será divulgado no Portal de Compras MG e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, e encaminhado automaticamente por mensagem eletrônica para os representantes de fornecedores inscritos no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

11.2. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante sessão pública observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

11.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

11.4. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

11.5. As normas disciplinadoras deste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da compra.

11.6. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado deste procedimento de contratação direta.

11.7. O fornecedor contratado será constantemente avaliado em termos de suas entregas.

11.8. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes deste procedimento, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

11.9. Os interessados poderão examinar ou retirar gratuitamente o presente Aviso de Dispensa de Licitação por Valor no site: www.compras.mg.gov.br e www.gov.br/pncp/pt-br

11.10. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

11.11. Integram este Aviso de Dispensa de Licitação por Valor, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Modelo Proposta Comercial.

Belo Horizonte, 19 de dezembro de 2024.

Bárbara de Araújo Meireles
Agente de Contratação

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA COTEP - BENS

Setor Requisitante	Servidor	MASP
Gestão de Contratos	Bruno Henrique Rosa da Silva	7.000.610-1

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de espelho para banheiro e espelho de segurança para a Sede IV da DPMG, sob a forma de entrega integral, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste documento.

Lote	Item	Código do item no SIAD	Descrição do item no Catmas	Unidade de Aquisição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	1	001962507	Espelho para Banheiro - Formato: retangular; Dimensões: 100cm (altura) x 60cm (largura) x 4mm (espessura); Tipo: cristal nacional, sem moldura, com 04 parafusos para fixação do tipo Finesson.	Unidade	35	R\$ 245,2620	R\$ 8.584,17
1	2	001900803	Espelho de Segurança (Estacionamento/Garagem) - Aplicação: garagem, Tipo: convexo; Formato: redondo; Borda: emborrachada; Diâmetro: 60 cm; Campo de visão: 180 graus; Característica especial: antiestilhaçamento, Fixação: furos, buchas e parafusos; Base: chapa de alumínio, joelho articulável para ajuste na posição desejada.	Unidade	10	R\$ 662,0000	R\$ 6.620,00
VALOR TOTAL:							R\$ 15.204,17

1.2. Caracterização do Objeto:

1.2.1. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois apresenta padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. Lotes exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte:

1.3.1. A participação na presente contratação é aberta a todos (sem exclusividade ou reserva de lotes para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados aos benefícios do Decreto nº 47.437, de 2018, e Lei Complementar nº 123, de 2006), tendo em vista que a tentativa inicial de contratação no presente processo resultou em fracassado, portanto a participação é amplamente incentivada, visando aumentar a competitividade e a diversidade de propostas, o que deve resultar em um processo de contratação mais eficiente.

1.4. Da Contratação:

1.4.1. Não será necessário firmar instrumento de contrato em razão do valor da contratação ser inferior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), conforme disposto no art. 95, inciso I da Lei 14.133/21, sendo este substituído por Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço.

1.5. Descrição da Solução:

1.5.1. Considerando as necessidades específicas da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e a importância de garantir a funcionalidade e segurança das instalações, especialmente na Sede IV, decidimos pela contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de espelhos para banheiro e espelhos de segurança. A aquisição desses materiais tem o objetivo de melhorar as condições dos banheiros e da garagem da Sede IV, além de contribuir para a economia de recursos da DPMG. Com essas ações, buscamos prevenir danos, reduzir a necessidade de reparos frequentes e garantir um ambiente mais seguro e funcional. Essas medidas visam alinhar as instalações às melhores práticas de manutenção e proteção, promovendo um ambiente mais eficiente e sustentável.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição de espelhos para banheiros é essencial para atender às necessidades básicas de higiene e estética, além de contribuir para a manutenção da imagem institucional e a funcionalidade do ambiente. Da mesma forma, espelhos de segurança para garagem desempenham um papel fundamental na melhoria da visibilidade em áreas de manobra e circulação, reduzindo o risco de colisões e acidentes.

2.2. Portanto, o objeto desta contratação visa atender à adequação da Sede IV, possibilitando um ambiente seguro, funcional e com boa aparência. Além disso, a instalação desses itens contribuirá para a redução de custos com manutenção e reparos futuros, evitando danos e desgastes que poderiam comprometer a integridade das instalações e o bem-estar dos usuários.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Da participação de consórcios:

3.1.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, tendo em vista que em razão da baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os bens de forma independente, nos termos do art. 15 da Lei 14.133/2021.

3.2. Da Subcontratação:

3.2.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

3.3. Da Sustentabilidade:

3.3.1. Os critérios de sustentabilidade da contratação devem ser atendidos de acordo com os seguintes requisitos:

3.3.1.1. Deverá sempre que possível, seguir os critérios de sustentabilidade ambiental elencados no art. 4º do Decreto nº 7.746/2012, alterado pelo Decreto nº 9.178/2017, observando-se: a origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens; o baixo impacto sobre recursos naturais; a maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia, quando couber; e a maior vida útil e menor custo de manutenção do bem.

3.4. Da indicação de marcas ou modelos:

3.4.1. Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação.

3.5. Da vedação de utilização de marca ou modelo:

3.5.1. Não haverá vedação de marca/modelo na presente contratação.

3.6. Da exigência de carta de solidariedade:

3.6.1. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.

3.7. Da Garantia da Contratação:

3.7.1. Não será exigida garantia de execução da contratação para este objeto.

3.8. Da garantia do produto, da manutenção e da assistência técnica:

3.8.1. Será aplicada ao produto, somente a garantia legal estabelecida pelo art. 26, da Lei Federal nº. 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC) ou a garantia do fornecedor/fabricante, prevalecendo a mais vantajosa.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Do prazo de Entrega

4.1.1. O prazo de entrega do objeto é de até 15 (quinze) dias úteis contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, em remessa única.

4.1.2. Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo de entrega, o Contratado poderá solicitar prorrogação do prazo da entrega, ficando a cargo da área demandante acolher a solicitação, desde que não haja prejuízo no abastecimento, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior, conforme disposto no inciso V, do art. 137, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.2. Do Local e Horário de Entrega

4.2.1. Os materiais deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida Três, nº 311, Condomínio Parque Norte, Bairro Morro Alto, Vespasiano/MG, no horário de 09:00 às 16:00hs. (SIMASLOG - ALMOXARIFADO CENTRAL da DPMG, próximo à Cidade Administrativa do Governo do Estado de Minas Gerais).

4.2.2. A Contratada deverá informar a Contratante com 01 (um) dia de antecedência da entrega, através dos contatos: logistica@defensoria.mg.def.br - (31) 2522-8830, (31) 2522-8698 ou (31) 2522-8831, bem como, a entrega deverá ser agendada junto ao Escritório do Almojarifado Central da Diretoria de Patrimônio e Almojarifado, por meio das linhas telefônicas (31) 3621-7132 ou (31) 98312-6369.

4.2.3. O descarregamento do produto ficará a cargo do Contratado, devendo ser providenciada a mão-de-obra necessária.

5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.1. Condições de recebimento:

5.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes na nota de empenho, no termo de referência e na proposta.

5.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e na proposta comercial, devendo ser substituídos no prazo de até 3 (três) dias úteis, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.1.3. Os bens serão recebidos definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material, bem como o atendimento das exigências contratuais e consequente aceitação, que deverá acontecer, mediante termo detalhado, em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório.

5.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração notificará o Contratado para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.1.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.1.7. O recebimento/aprovação do(s) produto(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil do Contratado por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei Federal nº 8.078, de 1990.

5.2. Da Liquidação

5.2.1. A Liquidação será efetuada no prazo de até 20 (vinte) dias corridos contados da data da entrega definitiva do produto e respectivo aceite do Contratante.

5.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.2.2.1. O vencimento;

5.2.2.2. A data da emissão;

5.2.2.3. Os dados do contrato e do órgão Contratante;

5.2.2.4. O período respectivo de execução do contrato;

5.2.2.5. O valor a pagar; e

5.2.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

5.2.4. A nota fiscal ou o instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.3. Do Pagamento:

5.3.1 O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o Contratado indicar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final da liquidação a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante.

5.3.1.1. A Administração deve observar a ordem cronológica nos pagamentos, conforme disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do IPCA.

5.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.3.4. Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.3.5. A CONTRATADA deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos no Aviso de Dispensa de Licitação.

5.3.5.1. Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista da CONTRATADA não impedem o pagamento, se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento do contratado e rescisão contratual.

5.3.6. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.4. Da Antecipação do Pagamento:

5.4.1. Conforme Art. 145 da Lei 14.133/2021, não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total.

6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. Regras Gerais:

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da referida Lei, e artigos 15 e 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.1.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.4. Após a assinatura do contrato ou retirada/aceitabilidade de instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.1.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e art. 14 do Decreto nº. 48.587, de 2023.

6.1.6. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.

6.2. Da Fiscalização do Contrato:

6.2.1. O fiscal do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes as suas competências, nos termos do inciso I do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, nos termos do inciso II do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.3. O fiscal do contrato emitirá notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexecução ou irregularidade

constatada, com a definição de prazo para a correção, nos termos do inciso III do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.4. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme §§1º e 2º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso IV do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.5. O fiscal do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas, nos termos do inciso V, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.6. O fiscal do contrato fiscalizará a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato, nos termos do inciso VI, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, nos termos do inciso VII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.8. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VIII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

6.3. Da Gestão do Contrato:

6.3.1. O gestor do contrato orientará os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições, nos termos do inciso I, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros contratados, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, nos termos do inciso II, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, nos termos do inciso III, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.4. O gestor do contrato coordenará a autuação da rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, nos termos do inciso IV, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.5. O gestor do contrato coordenará os atos preparatórios relativos à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais, nos termos do inciso V, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.6. O gestor do contrato realizará o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VI, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.7. O gestor do contrato elaborará o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nos termos do inciso VII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.8. O gestor do contrato tomará as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso, nos termos do inciso VIII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Dispensa de Licitação por valor, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob a forma ELETRÔNICA, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR LOTE.

7.2. Dos critérios de aceitabilidade da proposta:

7.2.1. A proposta terá validade de 90 (noventa) dias corridos contados da data de aceitação.

7.3. Da Amostra/Prova de Conceito/Prospecto:

7.3.1. Não será exigida a apresentação de prova de conceito/amostra/prospecto nesta contratação.

8. HABILITAÇÃO:

8.1. Habilitação Jurídica, Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira, Habilitação de Consórcios e Habilitação de Cooperativas:

8.1.1. Essas disposições serão tratadas no Aviso de Dispensa de Licitação por Valor.

8.2. Da Qualificação Técnico-Operacional e/ou Técnico-Profissional:

8.2.1. Não será exigida a apresentação de documentos relativos à qualificação técnico-operacional e técnico-profissional.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

9.1. Do Contratante:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o presente termo de referência, contrato e eventuais anexos.

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, e solicitar que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, nos termos deste Termo de Referência, e atestar o efetivo recebimento do objeto contratado.

9.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte os bens entregues, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado, impondo-se a recusa se o bem for defeituoso, tiver prazo de validade vencido, ou outras situações que inviabilizem o recebimento, hipótese em que se promoverá anotação da ocorrência em registro próprio.

9.1.6. Solicitar ao Contratado emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.1.7. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

9.1.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento.

9.1.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que vierem a ser solicitados pelo Contratado.

9.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.10.1. A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar da data do protocolo do requerimento, tratado no item 9.1.10, para decidir e admitir a prorrogação motivada por igual período, conforme art. 123, Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

9.1.12. Aplicar ao Contratado as sanções legais e regulamentares.

9.1.13. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.

9.1.14. Disponibilizar local adequado para o fornecimento do objeto.

9.1.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2. Do Contratado:

9.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.2.2. Entregar o objeto contratado acompanhado do manual do usuário, com versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se for o caso.

9.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 1990.

9.2.4. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antecedentes à data da entrega, os motivos que

impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso III, art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023, e prestar todos os esclarecimentos ou informações por eles solicitados.

9.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual e/ou fornecimento do objeto e/ou dos materiais empregados.

9.2.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

9.2.8. Arcar com os descontos nos pagamentos ou garantia, se for o caso, do valor correspondente aos danos sofridos, devidamente comprovados.

9.2.9. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.2.10. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento.

9.2.11. Responsabilizar-se pela garantia dos produtos entregues e dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência.

9.2.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerará o objeto do contrato.

9.2.13. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.2.14. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.2.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.2.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.16.1. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.2.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.2.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea “d”, art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.2.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

9.2.20. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste documento, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

9.2.21. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução desta contratação.

9.2.22. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.2.23. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.2.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o contratado que:

10.1.1. Der causa à inexecução parcial da contratação;

10.1.2. Der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. Der causa à inexecução total da contratação;

10.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

10.1.8. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a contratação e execução do contrato;

10.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;

10.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência - quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §2º, art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

10.2.2. Impedimento de licitar e contratar - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.2 a 10.1.7, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 4º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos subitens 10.1.2 a 10.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §5º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

10.2.4. Multa:

10.2.4.1. Moratória de 2,0% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

10.2.4.1.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

10.2.4.1.2. O atraso superior à de 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.2.4.1.3. Na hipótese prevista no item 10.2.4.1.2, a multa de mora será convertida em compensatória no percentual de 30% (trinta por cento) do valor contrato, nos termos do art. 162, parágrafo único da lei 14.133/2021.

10.3. As sanções previstas nos subitens 10.2.1, 10.2.2 e 10.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme disposto no §7º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme §8º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.5. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme disposto no §9º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme disposto no art. 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.9. Em observância ao disposto no §1º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, na aplicação das sanções serão considerados:

- 10.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 10.9.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 10.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;
- 10.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos nesta última Lei citada, conforme art. 159 da referida Lei de Licitações.
- 10.11. A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste documento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme disposto no art. 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme art. 161, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 15.204,17 (quinze mil duzentos e quatro reais e dezessete centavos)., conforme custos unitários apostos no quadro constante do subitem 1.1 deste Termo de Referência.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão na ação orçamentária correspondente do orçamento em vigor, aprovado pela Lei nº. 24.678/2024 (Lei Orçamentária Anual), mediante rubrica da dotação orçamentária a ser indicada na Declaração de Disponibilidade Orçamentária e Financeira.
- 12.2. A dotação relativa ao exercício financeiro subsequente será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

BRUNO HENRIQUE ROSA DA SILVA
7000610-1

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROPOSTA COMERCIAL PARA COTEP Nº. 1441003 000153/2024 (preenchida em papel timbrado da proponente)	
DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA	PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE
Razão Social:	
CNPJ:	

Endereço:	
Telefone:	
Endereço Eletrônico:	
Nome do Representante Legal:	
CPF do Representante Legal:	

LOTE ÚNICO							
ITEM	CÓDIGO DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM NO CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	001962507	Espelho para Banheiro - Formato: retangular; Dimensões: 100cm (altura) x 60cm (largura) x 4mm (espessura); Tipo: cristal nacional, sem moldura, com 04 parafusos para fixação do tipo Finesson.	Unidade	35		R\$	R\$
2	001900803	Espelho de Segurança (Estacionamento/Garagem) - Aplicação: garagem, Tipo: convexo; Formato: redondo; Borda: emborrachada; Diâmetro: 60 cm; Campo de visão: 180 graus; Característica especial: antiestilhaçamento, Fixação: furos, buchas e parafusos; Base: chapa de alumínio, joelho articulável para ajuste na posição desejada.	Unidade	10		R\$	R\$
VALOR TOTAL:							R\$

Observações:	
Prazo de Validade da Proposta:	90 (NOVENTA) DIAS
Prazo de Entrega:	
Local de Entrega:	
Declaro que: a) serão atendidas as condições comerciais estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital de Pregão Eletrônico; b) nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas e financeiros, taxas, seguros e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto a ser contratado na presente licitação e que estou de acordo com todas as normas da solicitação de propostas e seus anexos; c) esta proposta foi elaborada de forma independente;	

As informações disponibilizadas neste documento estão sujeitas ao previsto na Lei n.º 13.709, de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa



Documento assinado eletronicamente por **Bárbara de Araújo Meireles, Coordenadora**, em 19/12/2024, às 17:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://defensoria.mg.def.br/portal-sei> informando o código verificador **0433070** e o código CRC **0C8C54C7**.



MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS - DETALHADO

Número do mapa: 1441003 000525/2024Pedido de material e serviço: 1441003 000316/2024

Data de criação: 17/12/2024

Situação: Assinado

Responsável: KARLA LINHARES DE FREITAS BARBOSA

Objetivo:
Instruir o Processo de compras

Itens do mapa

Nº	Código do item	Desc. do item de material	Unid. de aquisição	Quantitativo orçado	Valor mínimo (R\$)	Valor máximo (R\$)	Orçamento estimado unitário(R\$)	Orçamento estimado total (R\$)	Metodologia definida
1	001962507	ESELHO PARA BANHEIRO - FORMATO: RETANGULAR; MODELO: CRISTAL NACIONAL; MOLDURA: SEM MOLDURA; FIXACAO: BOTAO FINESSON; DIMENSOES: 60CM LARGURA X 100CM A	1,00 UNIDADE	35,0000	119,3100	398,0000	245,2620	8.584,17	Média
							Total orçado:	8.584,17	

Detalhamento do orçamento estimado

Nº: 1Código do item de material ou serviço: 001962507Unidade de aquisição: 1,00 UNIDADE

Descrição do item:
ESELHO PARA BANHEIRO - FORMATO: RETANGULAR; MODELO: CRISTAL NACIONAL; MOLDURA: SEM MOLDURA; FIXACAO: BOTAO FINESSON; DIMENSOES: 60CM LARGURA X 100CM ALTURA X 4MM ESPESSURA;

Índice de atualização associado à classe: IPA-EP-DI MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS - NRO. ÍNDICE(1416650)

Novo índice de atualização selecionado para o item deste mapa: -

Metodologia de cálculo:
Menor valor: R\$ 119,3100
Média: R\$ 245,2620
Mediana: R\$ 270,0000

Preços que compõem o orçamento estimado

Origem do preço	Nº documento de referência	Processo de compra / item	Qtde.	Data de homologação / Data de referência	Marca / Modelo	Procedimento de contratação	Fornecedor	Preço unitário homologado / consultado (R\$)	Preço unitário reajustado (R\$)
Coleta de preços / -	-	-	35,0000	09/12/2024 20:59	- / -	-	05.650.294/0001-10 - MAKER COMUNICACAO VISUAL LTDA	270,0000	270,0000
Coleta de preços / -	-	-	35,0000	09/12/2024 20:59	- / -	-	42.981.902/0001-04 - SUPREMA HIDROELETRICA LTDA - EPP	398,0000	398,0000
Inserção manual / Composição de custos unitários de outros sistemas oficiais de Governo (inciso I)	1	-	35,0000	10/12/2024	-	-	21.154.877/0001-07 - TCE MG	119,3100	119,3100
Inserção manual / Consulta direta com fornecedores (inciso IV)	1	-	35,0000	09/12/2024	-	-	09.315.945/0001-77 - SILVANA FAUTINA SILVA - ME	290,0000	290,0000
Inserção manual / Aquisições e contratações realizadas pela Administração Pública (inciso II)	1	-	35,0000	17/07/2024	-	-	40.123.413/0001-88 - BRANDAO MATERIAL PARA CONSTRUCAO LTDA	149,0000	149,0000

Preços desconsiderados - Acima da mediana Inciso I - Quantidade: 0

nenhum item desconsiderado

Preços desconsiderados em função dos filtros de pesquisa aplicados - Inciso I - Quantidade: 0

nenhum item desconsiderado

Preços desconsiderados - Justificativas - Quantidade: 0

nenhum item desconsiderado

(*) Condições que influenciam o preço e justificam a desconsideração neste processo:

- 1 - Prazo, frete ou local de entrega
- 2 - Instalação ou montagem do be
- 3 - Modo de execução do serviço
- 4 - Termos de garantia exigidos
- 5 - Marca e/ou modelo
- 6 - Escala da quantidade do objeto
- 7 - Forma de pagamento
- 8 - Preço Inexequível
- 9 - Sobrepreço
- 10 - Custos indiretos
- 11 - Outra (Verifique no site do Portal de Compras)

Assinatura digital - Signatário:

Nome:

KARLA LINHARES DE FREITAS BARBOSA

Masp:

X0101894

CPF:

xxx.871.756-xx

Emissor do certificado:

Portal de Compras - MG / Assinatura eletrônica

Data da assinatura:

17/12/2024 15:12:00

Código de Autenticidade:

Código verificador: 230000528478552478042024



MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS - DETALHADO

Número do mapa: 1441003 000526/2024

Pedido de material e serviço: 1441003 000317/2024

Data de criação: 17/12/2024

Situação: Assinado

Responsável: KARLA LINHARES DE FREITAS BARBOSA

Objetivo:
Instruir o Processo de compras

Itens do mapa

Nº	Código do item	Desc. do item de material	Unid. de aquisição	Quantitativo orçado	Valor mínimo (R\$)	Valor máximo (R\$)	Orçamento estimado unitário(R\$)	Orçamento estimado total (R\$)	Metodologia definida
1	001900803	ESPELHO DE SEGURANCA - APLICACAO: GARAGEM; TIPO: CONVEXO; FORMATO: REDONDO; DIMENSOES: 60 CM; CAMPO DE VISAO: 180 GRAUS; BORDA: EMBORRACHADA; CARACTERI	1,00 UNIDADE	10,0000	130,0000	920,0000	662,0000	6.620,00	Média
							Total orçado:	6.620,00	

Detalhamento do orçamento estimado

Nº: 1

Código do item de material ou serviço: 001900803

Unidade de aquisição: 1,00 UNIDADE

Descrição do item:
ESPELHO DE SEGURANCA - APLICACAO: GARAGEM; TIPO: CONVEXO; FORMATO: REDONDO; DIMENSOES: 60 CM; CAMPO DE VISAO: 180 GRAUS; BORDA: EMBORRACHADA; CARACTERISTICA ESPECIAL: ANTIESTILHACAMENTO; FIXACAO: FUROS, BUCHAS E PARAFUSOS;

Índice de atualização associado à classe: ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - IGP-DI (161384)

Novo índice de atualização selecionado para o item deste mapa: -

Metodologia de cálculo:

Menor valor: R\$ 130,0000

Média: R\$ 662,0000

Mediana: R\$ 799,0000

Preços que compõem o orçamento estimado

Origem do preço	Nº documento de referência	Processo de compra / item	Qtde.	Data de homologação / Data de referência	Marca / Modelo	Procedimento de contratação	Fornecedor	Preço unitário homologado / consultado (R\$)	Preço unitário reajustado (R\$)
Coleta de preços / -	-	-	10,0000	09/12/2024 20:58	- / -	-	05.650.294/0001-10 - MAKER COMUNICACAO VISUAL LTDA	700,0000	700,0000
Coleta de preços / -	-	-	10,0000	09/12/2024 20:58	- / -	-	42.981.902/0001-04 - SUPREMA HIDROELETRICA LTDA - EPP	898,0000	898,0000
Inserção manual / Composição de custos unitários de outros sistemas oficiais de Governo (inciso I)	1	-	10,0000	10/12/2024	-	-	21.154.877/0001-07 - TCE MG	130,0000	130,0000
Inserção manual / Consulta direta com fornecedores (inciso IV)	1	-	10,0000	04/12/2024	-	-	09.315.945/0001-77 - SILVANA FAUTINA SILVA - ME	920,0000	920,0000

Preços desconsiderados - Acima da mediana Inciso I - Quantidade: 0

nenhum item desconsiderado

Preços desconsiderados em função dos filtros de pesquisa aplicados - Inciso I - Quantidade: 0

nenhum item desconsiderado

Preços desconsiderados - Justificativas - Quantidade: 0

nenhum item desconsiderado

(*) Condições que influenciam o preço e justificam a desconsideração neste processo:

- 1 - Prazo, frete ou local de entrega
- 2 - Instalação ou montagem do be
- 3 - Modo de execução do serviço
- 4 - Termos de garantia exigidos
- 5 - Marca e/ou modelo
- 6 - Escala da quantidade do objeto
- 7 - Forma de pagamento
- 8 - Preço Inexequível
- 9 - Sobrepreço
- 10 - Custos indiretos
- 11 - Outra (Verifique no site do Portal de Compras)

O Mapa Comparativo de Preços foi elaborado de acordo com a Resolução SEPLAG nº 102, de 29 de Dezembro de 2022, disponível para consulta no link BANCO DE NORMAS GESTÃO LOGÍSTICA PATRIMÔNIO - CADASTROS - SISMP do site www.compras.mg.gov.br.

Assinatura digital - Signatário:

Melhores preços / SIAD
18/12/2024 15:16

Nome: KARLA LINHARES DE FREITAS BARBOSA

Masp: X0101894

CPF: xxx.871.756-xx

Emissor do certificado:

Portal de Compras - MG / Assinatura eletrônica

Data da assinatura: 17/12/2024 15:18:14

Código de Autenticidade:

Código verificador: 230000528489555222672024

PARECER JURÍDICO

Processo Sei nº 99990000001.010285/2024-59

PARECER n.º194/2024

**Exma. Sra.
Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias
Defensora Pública-Geral**

EMENTA: Dispensa de Licitação – COTEP 153/2024 – Aquisição de espelho para banheiro, espelho de segurança para a Sede IV da DPMG – COTEP anterior fracassada – Abertura do lote para participação ampla - Aprovado.

I – RELATÓRIO

1.1 Cuida-se da análise, em cumprimento ao que estabelece o art. 53 da Lei 14.133 de 2021, do procedimento referente à Cotação Eletrônica de Preços (COTEP) nº 153/2024 visando a aquisição de espelhos para banheiro e espelhos de segurança para a Sede IV da DPMG, conforme Documento de Formalização da Demanda originária da Diretoria de Transportes, Serviços Gerais e Infraestrutura (0325197) e Termo de Referência (0341421).

1.1.1. Destaca-se que a COTEP realizada anteriormente foi fracassada, motivo pelo qual solicitou o Demandante a repetição do procedimento com a abertura do lote para concorrência ampla (0430034).

1.2. Instruem os autos em análise os seguintes documentos constantes no SEI:

Nº SEI	Documento	Data	Unidade
0325197	Documento de Formalização da Demanda - DFD (SRLI)	23/08/2024	SRLI/DTSGI/GC
0325200	Termo de Referência - COTEP - bens	23/08/2024	SRLI/DTSGI/GC
0325594	Relatório de Pesquisa de Preço	26/08/2024	SRLI/DTSGI/GC
0325595	Relatório Coleta de preços_1441003 000150/2024	26/08/2024	SRLI/DTSGI/GC
0325599	Relatório Coleta de preços_1441003 000151/2024	26/08/2024	SRLI/DTSGI/GC
0325600	Relatório Complementar de Pesquisa de Preços	29/08/2024	SRLI/DTSGI/GC
0325602	Mapa de Preços	26/08/2024	SRLI/DTSGI/GC
0329193	Memorando 206	29/08/2024	SRLI/DTSGI/GC
0330505	Despacho	30/08/2024	SRLI

0332228	Memorando 148	02/09/2024	SRLI/DCC
0340394	Memorando 560	09/09/2024	SRLI/DCC/SC
0341421	Termo de Referência - COTEP - bens	10/09/2024	SRLI/DTSGI/GC
0341490	Relatório Complementar de Pesquisa de Preços	10/09/2024	SRLI/DTSGI/GC
0341500	Memorando 243	10/09/2024	SRLI/DTSGI/GC
0342789	Solicitação de Dotação Orçamentária e Financeira	11/09/2024	SRLI/DCC/SC
0342969	Declaração de disponibilidade orçamentária	12/09/2024	SPGF/DPOMA
0345122	Mapa de Preços	13/09/2024	SRLI/DCC/SC
0345123	Relatório de Processo de Compras	13/09/2024	SRLI/DCC/SC
0345129	Resolução (Comissão de Licitação)	13/09/2024	SRLI/DCC/SC
0345325	Minuta (Aviso de Dispensa de Licitação)	13/09/2024	SRLI/DCC/SC
0345327	Memorando 578	13/09/2024	SRLI/DCC/SC
0352199	Memorando 157	23/09/2024	ASSJUR
0352329	Memorando 178	23/09/2024	SRLI/DCC
0353171	Memorando 601	24/09/2024	SRLI/DCC/SC
0353912	Encaminhamento	25/09/2024	ASSJUR
0354394	Minuta (Aviso de Dispensa de Licitação) Atualizada	25/09/2024	SRLI/DCC/SC
0354409	Memorando 608	25/09/2024	SRLI/DCC/SC
0355764	Parecer Jurídico	27/09/2024	ASSJUR
0365507	Aviso de Dispensa de Licitação	07/10/2024	SRLI/DCC/SC
0365531	Proposta ajustada Lote 02	07/10/2024	SRLI/DCC/SC
0366079	Documentação Lote 02	07/10/2024	SRLI/DCC/SC
0366080	Ata da Cotep	07/10/2024	SRLI/DCC/SC
0366163	Memorando 645	07/10/2024	SRLI/DCC/SC
0371908	Termo de Conclusão	14/10/2024	SRLI/DCC/SC
0371934	Memorando 681	14/10/2024	SRLI/DCC/SC
0373742	Empenho - SIAD UE 05 - EMP 99/2024	16/10/2024	SRLI/DTSGI/GC
0373746	Memorando 301	16/10/2024	SRLI/DTSGI/GC
0373822	Email	16/10/2024	SPGF/DFPC/EXECUÇÃO-FINANCEIRA
0373929	Empenho 99/2024	17/10/2024	SPGF/DFPC/EXECUÇÃO-FINANCEIRA
0420965	Autorização de Fornecimento 000146	06/12/2024	SRLI/DTSGI/CMSG
0420969	Documento de Formalização da Demanda - DFD (SRLI)	06/12/2024	SRLI/DTSGI/CMSG
0420974	Termo de Referência - COTEP - bens	06/12/2024	SRLI/DTSGI/CMSG
0420995	Relatório de Pesquisa de Preço	06/12/2024	SRLI/DTSGI/CMSG
0421167	Relatório Coleta de Preços	09/12/2024	SRLI/DTSGI/CMSG
0421170	Relatório Complementar de Pesquisa de Preços	10/12/2024	SRLI/DTSGI/CMSG
0421172	Mapa de Preços	10/12/2024	SRLI/DTSGI/CMSG
0423480	Memorando 38	10/12/2024	SRLI/DTSGI/CMSG

0423633	Despacho	10/12/2024	SRLI
0429215	Memorando 893	16/12/2024	SRLI/DCC/SC
0429833	Termo de Referência - COTEP - bens	17/12/2024	SRLI/DTSGI/MSG
0430034	Memorando 44	17/12/2024	SRLI/DTSGI/MSG
0430539	Solicitação de Dotação Orçamentária e Financeira	17/12/2024	SRLI/DCC/SC
0430659	Declaração de disponibilidade orçamentária	17/12/2024	SPGF/DPOMA
0431914	Mapa de Preços	18/12/2024	SRLI/DCC/SC
0431918	Relatório de Processo de Compras	18/12/2024	SRLI/DCC/SC
0431925	Resolução Agentes de Contratação nº 2.345/2024	18/12/2024	SRLI/DCC/SC
0432073	Minuta Aviso de Dispensa de Licitação	18/12/2024	SRLI/DCC/SC
0432076	Memorando 910	18/12/2024	SRLI/DCC/SC

1.4. Nesses termos, o procedimento foi encaminhado para esta Assessoria Jurídica para análise de sua regularidade jurídica, conforme determina o art. 53 da Lei n.º 14.133/2021.

1.5. É o relatório. Passa-se à análise.

II - FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO

2.1. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

2.2. Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

2.3. De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor

competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

2.4. De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

2.5. Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

III – FUNDAMENTAÇÃO

3.1. Preliminarmente, convém observar que a Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, ao regulamentar o art. 37, XXI, da Constituição Federal, especifica algumas exceções em que a licitação é dispensada, dispensável ou inexigível. Com relação à licitação dispensável, as hipóteses estão previstas no art. 75 da Lei nº. 14.133/21.

3.1.1. Nesses casos, a licitação é viável, tendo em vista a possibilidade de competição entre dois ou mais interessados. Todavia, o legislador elencou determinadas situações em que a licitação pode ser afastada, a critério do administrador, para atender o interesse público de forma mais célere e eficiente. No caso das dispensas em razão do valor da contratação, restou estabelecido:

Art. 75. É dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

3.1.2. Os valores citados acima foram atualizados pelo Decreto nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023 passando a constar, respectivamente, **R\$ 119.812,02 (cento e dezenove mil oitocentos e doze reais e dois centavos) e R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos)**

3.2. No âmbito do Estado de Minas Gerais, a dispensa de licitação por valor, de forma eletrônica, está regulamentada pela Resolução SEPLAG nº 034, de 24 de março de 2024

3.2.1. Saliente-se que por força da autonomia da DPMG a mesma não está subordinada as normas aplicáveis ao Poder Executivo. No entanto, em razão da Instituição utilizar o Portal de Compras do Estado que, de toda sorte, segue os normativos do Poder Executivo, os atos normativos serão aplicados aos procedimentos licitatórios, no que couber conforme disposto no art. 20 da Resolução DPMG nº 2343/2024.

3.3. No que tange aos requisitos formais, o legislador exigiu que os processos de dispensa de licitação sejam instruídos, no que couber, com os elementos requeridos pelo art. 72 da Lei n. 14.133/2021, abaixo mencionados:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - razão da escolha do contratado;
- VII - justificativa de preço;
- VIII - autorização da autoridade competente.

3.4. Consta nos autos no Documento de Formulação de Demanda (0325197), em que a Diretoria de Transportes, Serviços Gerais e Infraestrutura da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais justifica a contratação:

A aquisição de espelhos para banheiros é essencial para atender às necessidades básicas de higiene e estética, além de contribuir para a manutenção da imagem institucional e a funcionalidade do ambiente. Da mesma forma, espelhos de segurança para garagem desempenham um papel fundamental na melhoria da visibilidade em áreas de manobra e circulação, reduzindo o risco de colisões e acidentes.

A aquisição de protetores para paredes, colunas/quinas é imprescindível para a preservação das estruturas da garagem, pois ajudam a absorver impactos, minimizando danos em caso de colisões. Dessa forma, garantem a integridade das estruturas físicas e reduzem o risco de danos aos veículos.

Portanto, o objeto desta contratação visa atender à adequação da Sede IV, possibilitando um ambiente seguro, funcional e com boa aparência. Além disso, a instalação desses itens contribuirá para a redução de custos com manutenção e reparos futuros, evitando danos e desgastes que poderiam comprometer a integridade das instalações e o bem-estar dos usuários.

3.5. Nos termos do art. 4º, §1º, inciso I, da Resolução Seplog, 115 29 de dezembro de 2021 optou o Demandante por não realizar o Estudo Técnico Preliminar, sendo devidamente justificado constante no Memorando nº 0198/2024-SRLI/DTSGI/GC, justificativa para dispensa de ETP (0325037), acolhida pelo Superintendente de Recursos Logísticos e Infraestrutura, autoridade competente, na Decisão 0329770, ambos documentos do processo nº 9990000001.008315/2024-67, relacionado ao processo em análise

3.6. Dando seguimento, e em cumprimento ao disposto nos artigos 72 da Lei 14.133/2021, percebe-se que o Termo de Referência - COTEP - bens 0429833 definiu claramente

o objeto e as condições, fundamentação e os requisitos da contratação, o modelo de execução do objeto, os critério de medição e pagamento, os procedimentos de transição e finalização do contrato, o modelo de gestão da contratação, a forma e critérios de seleção do fornecedor, as exigências para habilitação do licitante, as obrigações específicas das partes, as infrações e sanções, a estimativa do valor e a adequação orçamentária.

3.7. O Demandante apresentou o Relatório de Pesquisa de Preço 0431918 com as informações inerentes à realização do levantamento de mercado e as justificativas para as formas não utilizadas na pesquisa.

3.7.1. Para instrução da pesquisa, foram apresentados os documentos: Relatório Coleta de preços_1441003 000150/2024 (0325595), Relatório Coleta de preços_1441003 000151/2024 (0325599) e Relatório Complementar de Pesquisa de Preços (0325600).

3.7.2. Complementando a pesquisa, foi apresentado o Mapa de Preços (0325602) e Mapa de Preços (0345122).

3.7.3. O preço máximo total estimado para este procedimento, conforme se extrai do Termo de Referência (0431918) elaborado pelo setor demandante, se apresenta inferior ao limite estabelecido no artigo 75, II, da Lei nº. 14.133/2021.

3.7.3.1. Ressalta-se o dever de cuidado no momento da aferição dos valores em obediência à determinação do art. 75, § 1º, da Lei 14.133/2021.

3.8. Em atenção ao comando legal que determina a verificação de existência de recursos financeiros previamente à realização da contratação, consta nos autos que há previsão de crédito orçamentário para suportar tal despesa, conforme declaração de disponibilidade orçamentária no documento de I.D. 0430659, onde se verifica também a autorização da Defensora Pública-Geral para prosseguimento do feito.

3.9. Em seguida o processo fora cadastrado no Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços – SIAD, tendo-se obtidos o Relatório de Processo de Compras (0431918).

3.10. Analisando a minuta de Aviso de Dispensa de Licitação 103/2024 apresentada (0432073), constata-se a presença das informações mínimas estabelecidas no art. 7º da Resolução SEPLAG nº 024, de março de 2023:

Art. 7º – O responsável pelo procedimento deverá inserir no Portal de Compras MG as seguintes informações para a realização da COTEP:

I – a especificação do objeto a ser adquirido ou contratado;

II – as quantidades e o preço estimado de cada item, observada a respectiva unidade de fornecimento;

III – o local e o prazo de entrega do bem, prestação do serviço ou realização da obra;

IV – o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, se for o caso;

V – a observância das disposições previstas na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e do disposto no Decreto nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

VI – as condições da contratação e as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

VII – a data e o horário de sua realização, respeitado o horário comercial, e o endereço eletrônico onde ocorrerá o procedimento.

3.11. Como definido pelo Demandante no item 1.4 do Termo de Referência

(0429833), será dispensada a formalização de contrato, sendo este substituído por Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço nos termos do art. 95, inciso I, da Lei 14.133/2021.

3.12. Ressalta-se que deve ser respeitado o prazo mínimo de 03 (três) dias úteis entre a data da divulgação do aviso de realização da COTEP e a abertura do procedimento de envio de lances (art. 7º, parágrafo único, Res. 024/2023).

3.13. Ressaltamos ainda que, para legalidade do procedimento, deverão ser cumprimentos dos requisitos estabelecido no art. 72 V, VI, VII, VII e parágrafo único, da Lei 14.133/2021.

IV – CONCLUSÃO

4. Ante o exposto, nos termos do art. 53, caput e §4º, da Lei nº 14.133/2021, manifestamos pela legalidade do processo de contratação direta, inclusive da minuta do Aviso de Dispensa de Licitação por Valor – 153/2024 para aquisição de espelho para banheiro e espelho de segurança, para a Sede IV da DPMG, sob a forma de entrega parcelada, por meio de Dispensa Eletrônica de Licitação - COTEP, fundamentada no art. 75, II, da Lei nº. 14.133/2021, opinando, assim, pelo regular prosseguimento do feito.

Este é o parecer.

Belo Horizonte, 19 de dezembro de 2024.

Priscila Newley Kopke
Assessoria Jurídica - MASP 7.000.477-5



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Newley Kopke**, Assessora Jurídica, em 19/12/2024, às 09:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://defensoria.mg.def.br/portal-sei> informando o código verificador **0432309** e o código CRC **109F6D59**.



Termo de conclusão do procedimento

Órgão ou entidade:

DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Unidade: DPMG / COMPRAS E CONTRATOS

Cotação eletrônica - Eletrônico - 1441003 000153/2024

Às 16:09:03 horas do dia 30 de Dezembro de 2024, após constatadas as regularidades dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. (a) KARINA RODRIGUES MALDONADO, concluiu o procedimento para aquisição de Espelho para banheiro e espelho de segurança para a Sede IV da DPMG..

Resultado do procedimento

Lote: 1

Descrição:

Espelhos

Situação:

Homologado

Regra de participação:

Aberto a todos

Justificativa para mudança na regra de participação:

Não acudiram interessados à licitação anterior realizada com a regra de participação exclusiva de ME/EPP.

Descritivo da justificativa:

Lote 01 fracassado no processo anterior nº 1441003.103/2024

Para: 17.263.096/0001-83 - MERCEARIA INDIANOPOLIS LTDA

Valor total do lote: R\$ 8.937,40

Nº do item no lote: 1

Nº do item no processo: 2

Código do item: 001900803

Tipo: Material

Especificação do item:

ESPELHO DE SEGURANCA - APLICACAO: GARAGEM; TIPO: CONVEXO; FORMATO: REDONDO;
DIMENSOES: 60 CM; CAMPO DE VISAO: 180 GRAUS; BORDA: EMBORRACHADA; CARACTERI

Possui similar: Não

Unidade de aquisição/fornecimento: 00001 - 1,00 UNIDADE

Marca: VISION

Modelo: 180º

Garantia mínima: -

Prazo de entrega: 15 Dias

Quantidade: 10,0000

Valor unitário: * R\$ 351,2400

Valor total: R\$ 3.512,40

Nº do item no lote: 2

Nº do item no processo: 1

Código do item: 001962507

Tipo: Material

Especificação do item:

ESPELHO PARA BANHEIRO - FORMATO: RETANGULAR; MODELO: CRISTAL NACIONAL;
MOLDURA: SEM MOLDURA; FIXACAO: BOTAO FINESSON; DIMENSOES: 60CM LARGURA X
100CM A

Possui similar:	Não	
Unidade de aquisição/fornecimento:	00001 - 1,00 UNIDADE	
Marca:	BG	
Modelo:	4MM	
Garantia mínima:	-	
Prazo de entrega:	15	Dias
Quantidade:	35,0000	
Valor unitário: *	R\$ 155,0000	Valor total: R\$ 5.425,00

De um total de 1 lote, foi obtido:

	Quantidade	Porcentagem (%)
Lotes com fornecedor vencedor	1	100,00 %
Lotes desertos	0	0,00 %
Lotes fracassados	0	0,00 %
Lotes revogados	0	0,00 %
Lotes anulados	0	0,00 %
Lotes homologados (com fornecedor vencedor, desertos, fracassados)	1	100,00 %

(*) Os valores indicados com esse símbolo indicam valores que foram negociados com o fornecedor após a conclusão da sessão de lances.

KARINA RODRIGUES MALDONADO



Relatório de dados de especificação

Tipo: Empenho

Unidade contábil: 1440005

Unidade orçamentária: 1441

Empenho / Resto a pagar:

Ano: 2024

Ordenador da despesa: M7000882 - THIAGO NEVES PINTO AMARAL

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Número da especificação: 6485710

Situação: Aguardando efetivação

Número do processo: 1441003 000153/2024

CPF/CNPJ do fornecedor: 17.263.096/0001-83

Nome/nome empresarial do fornecedor: MERCEARIA INDIANOPOLIS LTDA

Elemento-item de despesa: 3019 - MATERIAL P/ MANUT. E REPAROS DE IMOVEIS DE PROPRIEDADE DA ADM. PUBLICA

Valor total da especificação: R\$ 8.937,40

Tipo de empenho: Estimativo

Item de Empenho: 1

Item de processo: 1

Código do item de material/serviço: 001962507

Especificação do item de material/serviço: ESPELHO PARA BANHEIRO - FORMATO: RETANGULAR; MODELO: CRISTAL NACIONAL; MOLDURA: SEM MOLDURA; FIXACAO: BOTAO FINESSON; DIMENSOES: 60CM LARGURA X 100CM ALTURA X 4MM ESPESSURA;

Código da unidade de fornecimento: 1

Descrição da unidade de fornecimento: 1,00 UNIDADE

Quantidade a empenhar: 35,0000

Valor a empenhar: R\$ 5.425,00

Itens de pedido:

Nº do pedido	Item de pedido	Qtde. a empenhar	Valor a empenhar (R\$)	Valor unitário (R\$)
1441003 000316/2024	1	35,0000	5.425,00	155,0000

Item de Empenho: 2

Item de processo: 2

Código do item de material/serviço: 001900803

Especificação do item de material/serviço: ESPELHO DE SEGURANCA - APLICACAO: GARAGEM; TIPO: CONVEXO; FORMATO: REDONDO; DIMENSOES: 60 CM; CAMPO DE VISAO: 180 GRAUS; BORDA: EMBORRACHADA; CARACTERISTICA ESPECIAL: ANTIESTILHACAMENTO; FIXACAO: FUROS, BUCHAS E PARAFUSOS;

Código da unidade de fornecimento: 1

Descrição da unidade de fornecimento: 1,00 UNIDADE

Quantidade a empenhar: 10,0000

Valor a empenhar: R\$ 3.512,40

Itens de pedido:

Nº do pedido	Item de pedido	Qtde. a empenhar	Valor a empenhar (R\$)	Valor unitário (R\$)
1441003 000317/2024	1	10,0000	3.512,40	351,2400

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UO	FUN	SUBF	PRG	ID P/A	C/A	Natureza de despesa				ITEM	IPG	F	IPU
						C	GD	M	ED				
1441	03	092	726	4150	0001	3	3	90	30	19	0	10	1

HISTÓRICO

Data	Situação	Observação	Responsável
30/12/2024 16:37	Em especificação	-	X0084742 - TIAGO ALVES OLIVEIRA
30/12/2024 16:39	Aguardando efetivação	-	X0084742 - TIAGO ALVES OLIVEIRA



Nº do Empenho: 149
Unid. Orçamentária: 1441 - DEF PUB
Data Registro: 30/12/2024
Hora: 16.59.59

Ano Exercício: 2024
Unid. Executora: 1440005 - SUPER. DE PLAN. E GESTAO
Evento: 502001
LCP: 237

CNPJ / CAPJ: 17263096/0001-83
Nome do Credor: MERCEARIA INDIANOPOLIS LTDA
Programa de Trabalho: 3 92 726 4150 0001
Natureza da Despesa: 3 3 90 30
Fonte: 10
Tipo de Empenho: ESTIMATIVO
Adiantamento: N
UPG: 0
Operador do Registro: M962635
Ordenador da Despesa: M7000882

CPF / CAPE: 0
NIT / PIS / PASEP: 0
Item: 19
IPU: 1
Valor: 8.937,40
Ressarcimento: N
Unidade Financiadora do Gasto: 0
Nome do Operador do Registro: MONICA BEATRIZ GOMES DE SOUZA
Nome do Ordenador da Despesa: THIAGO NEVES PINTO AMARAL

PROCESSO DE COMPRA

Nr. Processo: 0
Modalidade Licitação: 13 DISPENSA POR VALOR - LEI 14.133
Cód. Dispensa Licitação: 36 ADM DIRETA, FUNDAÇÃO OU AUTARQUIA - ATÉ R\$ 57.208,33
Processo Compra SIAD: 1441003 / 153 / 2024

Nr. Licitação: 0
Nr. Especificação SIAFI: 0
Cód. Serviço: 0
Especificação SIAD: 6485710

CONTRATO / CONVÊNIO DE SAÍDA DE RECURSO

Número: 0
Descrição: 0
Contrato Corporativo: 0

Tipo: 0
Orgão Gestor: 0

Detalhamento: 0
Nº da Obra: 0

CONTRATO / CONVÊNIO DE ENTRADA DE RECURSO

Número: 0
Descrição: 0

Tipo: 0
Detalhamento: 0

CONTRATO / CONVÊNIO FINANCIADOR DA CONTRAPARTIDA

Número: 0
Tipo: 0
Descrição: 0

SENTENÇA JUDICIAL

Tipo Tribunal: 0
Ano Precatório: 0
Nº do Precatório: 0

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE

Informar este código para validar o documento original no endereço www.siafi.mg.gov.br
e27057983-345a640d-f177-43fe-adf8-f8eafad27569

HISTÓRICO DE REFERÊNCIA

ABERTURA DE EMPENHO PARA ACOBERTAR DESPESAS COM AQUISICAO DE ESPELHO S (ESPELHO BANHEIRO E ESPELHO SEGURANCA GARAGEM) PARA O EXERCICIO DE 2024. PROCESSO SEI NR 9990000001.010285/2024-59

ASSINATURA DIGITAL DO ORDENADOR DA DESPESA

Assinado de forma digital por: Thiago Neves Pinto Amaral
CPF: 05454769681
Autoridade Certificadora: AC CERTISIGN-JUS G6
DN: CN=Thiago Neves Pinto Amaral:70008826, OU=SERVIDOR, OU=Defensoria Publica do Estado de Minas Gerais-DPMG, OU=Presencial, OU=01160628000117, OU=Cert-JUS Poder Publico - A3, OU=Autoridade Certificadora da Justica - AC-JUS, O=ICP-Brasil, C=BR



Autorização de fornecimento

Autorização de fornecimento nº: 000004

Processo: 1441003 000153/2024

Procedimento de contratação: Cotação eletrônica

Órgão ou entidade: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 05.599.094/0001-80

Unidade de compra: 1441003

DPMG / COMPRAS E CONTRATOS

Dados do empenho

Nº e ano do empenho	Data do empenho	Unid. contábil/executora	Unid. orçamentária	Nº do contrato
149/2024	30/12/2024	1440005	1441	0

Elemento-item de despesa: 3019 - MATERIAL P/ MANUT. E REPAROS DE IMOVEIS DE PROPRIEDADE DA ADM.

Fornecedor: 17.263.096/0001-83

MERCEARIA INDIANOPOLIS LTDA

Endereço:

RUA INDIANOPOLIS, 907 - CACHOEIRINHA - BELO HORIZONTE - MG CEP: 31130-470

Telefones: (31) 3444-3422

Banco: -

Agência: - Conta corrente: -

Unidade de pedido: 1441003 DPMG / COMPRAS E CONTRATOS

Local de entrega:

Almoxarifado Central da DPMG_Avenida Três, nº 311, Condomínio Parque Norte, Morro Alto., Vespasiano

Nº do item da AF: 2

Endereço de entrega do item da AF:

Av. Três; 311; SIMASLOG - Distrito Industrial Parque Norte; Morro Alto; Vespasiano; 32183-659

Item de material: 001900803

Especificação:

ESPELHO DE SEGURANCA - APLICACAO: GARAGEM; TIPO: CONVEXO; FORMATO: REDONDO; DIMENSOES: 60 CM; CAMPO DE VISAO: 180 GRAUS; BORDA: EMBORRACHADA; CARACTERISTICA ESPECIAL: ANTIESTILHACAMENTO; FIXACAO: FUROS, BUCHAS E PARAFUSOS;

Complementação da especificação do item de material - CATMAS

ACOMPANHA BUCHAS E PARAFUSOS PARA FIXACAO.

Unid. aquisição / forneciment	Prazo de entrega (dias)	Garantia (meses)	Marca	Modelo	Frequência de entrega	Qtd.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1,00 UNIDADE	15	0	VISION	180°	Diária	10,0000	351,2400	3512,40

Nº do item da AF: 1

Endereço de entrega do item da AF:

Av. Três; 311; SIMASLOG - Distrito Industrial Parque Norte; Morro Alto; Vespasiano; 32183-659

Item de material: 001962507

Especificação:

ESPELHO PARA BANHEIRO - FORMATO: RETANGULAR; MODELO: CRISTAL NACIONAL; MOLDURA: SEM MOLDURA; FIXACAO: BOTAO FINESSON; DIMENSOES: 60CM LARGURA X 100CM ALTURA X 4MM ESPESSURA;

Unid. aquisição / forneciment	Prazo de entrega (dias)	Garantia (meses)	Marca	Modelo	Frequência de entrega	Qtd.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1,00 UNIDADE	15	0	BG	4MM	Diária	35,0000	155,0000	5425,00

Valor total da autorização: R\$8.937,40

oito mil novecentos e trinta e sete reais e quarenta centavos

Valor da operação: _____

ICMS a recuperar: _____

SENHOR FORNECEDOR, não emitir cobrança bancária. Os nossos pagamentos são efetuados através de ordem de pagamento direto para sua conta corrente.

CONDIÇÕES GERAIS

As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de:

Nome: Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

CNPJ: 05.599.094/0001-80 Telefones: -

Endereço:

-

Observações:

-

Assistência técnica: -

Condições de pagamento: Integral - até 30 dias após o recebimento definitivo

A inadimplência por atraso na entrega do material acarretará, ao fornecedor, a aplicação de multa observados os seguintes limites:

- multa de 0,3% por dia, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo para cumprimento da obrigação, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

- multa de 20% sobre o valor do fornecimento não realizado, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo para cumprimento das obrigações, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na entrega dos bens constantes do instrumento contratual, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

- multa de 0,3% por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista no Edital ou instrumento equivalente e não discriminado nas alíneas anteriores, sobre o valor contratado, contada da comunicação da da Contratante (via internet, fax, correio etc.), até cessar a inadimplência.

BH, 08 de Janeiro de 2025

Tiago Alves Oliveira
Aprovação pela unidade responsável
M35N 7000476-7
DTSGI

Assinatura do fornecedor

Data: ____/____/____



Ata do Procedimento

Órgão ou entidade: 1440 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Unidade: 1441003 - DPMG / COMPRAS E CONTRATOS

Ata final da sessão do Procedimento da lei nº14.133/21 - Processo de compras nº 1441003 000153/2024.

Às 09:00:00 horas, do dia 27 de Dezembro de 2024, reuniram-se no site www.compras.mg.gov.br, o Agente responsável oficial deste Órgão e respectivos membros, abaixo relacionados, com a finalidade de realizar todos os procedimentos relativos ao referido procedimento para Espelho para banheiro e espelho de segurança para a Sede IV da DPMG..

O Agente responsável conduziu a sessão do procedimento, conforme disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021; na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e no edital do referido procedimento e anexos.

Resultado da sessão pública

Lote: 1

Descrição:

Espelhos

Regra de participação: Aberto a todos

Critério de julgamento: Menor preço

Houve fracasso? Não

Situação: Homologado

Valor total do lote: R\$ 15.204,17

Nº do item no lote: 1		Nº do item no processo: 2	
Código do item: 001900803		Tipo: Material	
Especificação do item:			
ESPELHO DE SEGURANCA - APLICACAO: GARAGEM; TIPO: CONVEXO; FORMATO: REDONDO; DIMENSOES: 60 CM; CAMPO DE VISAO: 180 GRAUS; BORDA: EMBORRACHADA; CARACTERI			
Unidade de aquisição/fornecimento: 00001 - 1,00 UNIDADE			
Quantidade solicitada: 10,0000			

Nº do item no lote: 2		Nº do item no processo: 1	
Código do item: 001962507		Tipo: Material	
Especificação do item:			
ESPELHO PARA BANHEIRO - FORMATO: RETANGULAR; MODELO: CRISTAL NACIONAL; MOLDURA: SEM MOLDURA; FIXACAO: BOTAO FINESSON; DIMENSOES: 60CM LARGURA X 100CM A			
Unidade de aquisição/fornecimento: 00001 - 1,00 UNIDADE			
Quantidade solicitada: 35,0000			

VENCEDOR

Licitante: 17.263.096/0001-83 - MERCEARIA INDIANOPOLIS LTDA

PROPOSTAS INICIAIS:

Identificação do licitante:

03.265.966/0001-49 - POSITIVA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS E

Valor total: R\$ 55.000,00

Nº do item no lote: 1		Nº do item no processo: 2	
Código do item: 001900803		Tipo: Material	
Especificação do item:			
ESPELHO DE SEGURANCA - APLICACAO: GARAGEM; TIPO: CONVEXO; FORMATO: REDONDO; DIMENSOES: 60 CM; CAMPO DE VISAO: 180 GRAUS; BORDA: EMBORRACHADA; CARACTERI			
Unidade de aquisição/fornecimento: 00001 - 1,00 UNIDADE			
Quantidade solicitada: 10,0000			
Marca: Vision			
Modelo: 60cm			
Valor unitário: R\$ 2.000,0000		Valor total: R\$ 20.000,00	

Nº do item no lote: 2		Nº do item no processo: 1	
Código do item: 001962507		Tipo: Material	
Especificação do item:			
ESPELHO PARA BANHEIRO - FORMATO: RETANGULAR; MODELO: CRISTAL NACIONAL; MOLDURA: SEM MOLDURA; FIXACAO: BOTAO FINESSON; DIMENSOES: 60CM LARGURA X 100CM A			
Unidade de aquisição/fornecimento: 00001 - 1,00 UNIDADE			
Quantidade solicitada: 35,0000			
Marca: Desing Vidros			
Modelo: 100x60cmx4mm			
Valor unitário: R\$ 1.000,0000		Valor total: R\$ 35.000,00	

Identificação do licitante:

11.399.829/0001-25 - ALESSANDER DE OLIVEIRA LIMA -ME

Valor total: R\$ 27.500,00**Nº do item no lote:** 1**Nº do item no processo:** 2**Código do item:** 001900803**Tipo:** Material**Especificação do item:**

ESELHO DE SEGURANCA - APLICACAO: GARAGEM; TIPO: CONVEXO; FORMATO: REDONDO; DIMENSOES: 60 CM; CAMPO DE VISAO: 180 GRAUS; BORDA: EMBORRACHADA; CARACTERI

Unidade de aquisição/fornecimento: 00001 - 1,00 UNIDADE**Quantidade solicitada:** 10,0000**Marca:** vision**Modelo:** 60 x60**Valor unitário:** R\$ 1.000,0000**Valor total:** R\$ 10.000,00**Nº do item no lote:** 2**Nº do item no processo:** 1**Código do item:** 001962507**Tipo:** Material**Especificação do item:**

ESELHO PARA BANHEIRO - FORMATO: RETANGULAR; MODELO: CRISTAL NACIONAL; MOLDURA: SEM MOLDURA; FIXACAO: BOTAO FINESSON; DIMENSOES: 60CM LARGURA X 100CM A

Unidade de aquisição/fornecimento: 00001 - 1,00 UNIDADE**Quantidade solicitada:** 35,0000**Marca:** paiva**Modelo:** 04 mm prata**Valor unitário:** R\$ 500,0000**Valor total:** R\$ 17.500,00**Identificação do licitante:**

17.263.096/0001-83 - MERCEARIA INDIANOPOLIS LTDA

Valor total: R\$ 45.000,00**Nº do item no lote:** 1**Nº do item no processo:** 2**Código do item:** 001900803**Tipo:** Material**Especificação do item:**

ESELHO DE SEGURANCA - APLICACAO: GARAGEM; TIPO: CONVEXO; FORMATO: REDONDO; DIMENSOES: 60 CM; CAMPO DE VISAO: 180 GRAUS; BORDA: EMBORRACHADA; CARACTERI

Unidade de aquisição/fornecimento: 00001 - 1,00 UNIDADE**Quantidade solicitada:** 10,0000**Marca:** VISION**Modelo:** 180º**Valor unitário:** R\$ 1.000,0000**Valor total:** R\$ 10.000,00**Nº do item no lote:** 2**Nº do item no processo:** 1**Código do item:** 001962507**Tipo:** Material**Especificação do item:**

ESELHO PARA BANHEIRO - FORMATO: RETANGULAR; MODELO: CRISTAL NACIONAL; MOLDURA: SEM MOLDURA; FIXACAO: BOTAO FINESSON; DIMENSOES: 60CM LARGURA X 100CM A

Unidade de aquisição/fornecimento: 00001 - 1,00 UNIDADE	
Quantidade solicitada: 35,0000	
Marca: BG	
Modelo: 4MM	
Valor unitário: R\$ 1.000,0000	Valor total: R\$ 35.000,00
Identificação do licitante:	
19.477.777/0001-70 - SERRALHERIA VASCONCELOS LTDA -ME	
Valor total: R\$ 27.500,00	
Nº do item no lote: 1	Nº do item no processo: 2
Código do item: 001900803	Tipo: Material
Especificação do item:	
ESPELHO DE SEGURANCA - APLICACAO: GARAGEM; TIPO: CONVEXO; FORMATO: REDONDO; DIMENSOES: 60 CM; CAMPO DE VISAO: 180 GRAUS; BORDA: EMBORRACHADA; CARACTERI	
Unidade de aquisição/fornecimento: 00001 - 1,00 UNIDADE	
Quantidade solicitada: 10,0000	
Marca: Vidrominas	
Modelo: Vidrominas	
Valor unitário: R\$ 1.000,0000	Valor total: R\$ 10.000,00
Nº do item no lote: 2	Nº do item no processo: 1
Código do item: 001962507	Tipo: Material
Especificação do item:	
ESPELHO PARA BANHEIRO - FORMATO: RETANGULAR; MODELO: CRISTAL NACIONAL; MOLDURA: SEM MOLDURA; FIXACAO: BOTAO FINESSON; DIMENSOES: 60CM LARGURA X 100CM A	
Unidade de aquisição/fornecimento: 00001 - 1,00 UNIDADE	
Quantidade solicitada: 35,0000	
Marca: Vidrominas	
Modelo: Vidrominas	
Valor unitário: R\$ 500,0000	Valor total: R\$ 17.500,00
Identificação do licitante:	
19.561.435/0001-33 - AGENES S.DA SILVA SUPRIMENTOS DE	
Valor total: R\$ 90.000,00	
Nº do item no lote: 1	Nº do item no processo: 2
Código do item: 001900803	Tipo: Material
Especificação do item:	
ESPELHO DE SEGURANCA - APLICACAO: GARAGEM; TIPO: CONVEXO; FORMATO: REDONDO; DIMENSOES: 60 CM; CAMPO DE VISAO: 180 GRAUS; BORDA: EMBORRACHADA; CARACTERI	
Unidade de aquisição/fornecimento: 00001 - 1,00 UNIDADE	
Quantidade solicitada: 10,0000	
Marca: Glass	
Valor unitário: R\$ 2.000,0000	Valor total: R\$ 20.000,00

Nº do item no lote: 2	Nº do item no processo: 1
Código do item: 001962507	Tipo: Material
Especificação do item:	
ESPELHO PARA BANHEIRO - FORMATO: RETANGULAR; MODELO: CRISTAL NACIONAL; MOLDURA: SEM MOLDURA; FIXACAO: BOTAO FINESSON; DIMENSOES: 60CM LARGURA X 100CM A	
Unidade de aquisição/fornecimento: 00001 - 1,00 UNIDADE	
Quantidade solicitada: 35,0000	
Marca: Glass	
Valor unitário: R\$ 2.000,0000	Valor total: R\$ 70.000,00
Identificação do licitante:	
19.994.997/0001-70 - CRIATIVA SOLUCOES PARA CONSTRUCAO	
Valor total: R\$ 27.500,00	
Nº do item no lote: 1	Nº do item no processo: 2
Código do item: 001900803	Tipo: Material
Especificação do item:	
ESPELHO DE SEGURANCA - APLICACAO: GARAGEM; TIPO: CONVEXO; FORMATO: REDONDO; DIMENSOES: 60 CM; CAMPO DE VISAO: 180 GRAUS; BORDA: EMBORRACHADA; CARACTERI	
Unidade de aquisição/fornecimento: 00001 - 1,00 UNIDADE	
Quantidade solicitada: 10,0000	
Marca: VISION	
Modelo: BUCHAS E PARAFUSOS;	
Valor unitário: R\$ 1.000,0000	Valor total: R\$ 10.000,00
Nº do item no lote: 2	Nº do item no processo: 1
Código do item: 001962507	Tipo: Material
Especificação do item:	
ESPELHO PARA BANHEIRO - FORMATO: RETANGULAR; MODELO: CRISTAL NACIONAL; MOLDURA: SEM MOLDURA; FIXACAO: BOTAO FINESSON; DIMENSOES: 60CM LARGURA X 100CM A	
Unidade de aquisição/fornecimento: 00001 - 1,00 UNIDADE	
Quantidade solicitada: 35,0000	
Marca: CEBRACE	
Modelo: 60CM LARGURA X 100CM ALTURA X 4MM	
Valor unitário: R\$ 500,0000	Valor total: R\$ 17.500,00
Identificação do licitante:	
33.557.716/0001-43 - ELIANE MEIRE BATISTA FIUZA BORBA	
Valor total: R\$ 55.000,00	
Nº do item no lote: 1	Nº do item no processo: 2
Código do item: 001900803	Tipo: Material
Especificação do item:	
ESPELHO DE SEGURANCA - APLICACAO: GARAGEM; TIPO: CONVEXO; FORMATO: REDONDO; DIMENSOES: 60 CM; CAMPO DE VISAO: 180 GRAUS; BORDA: EMBORRACHADA; CARACTERI	

Unidade de aquisição/fornecimento: 00001 - 1,00 UNIDADE	
Quantidade solicitada: 10,0000	
Marca: Vision	
Modelo: Convexo 60cm	
Valor unitário: R\$ 2.000,0000	Valor total: R\$ 20.000,00
Nº do item no lote: 2	Nº do item no processo: 1
Código do item: 001962507	Tipo: Material
Especificação do item:	
ESPELHO PARA BANHEIRO - FORMATO: RETANGULAR; MODELO: CRISTAL NACIONAL; MOLDURA: SEM MOLDURA; FIXACAO: BOTAO FINESSON; DIMENSOES: 60CM LARGURA X 100CM A	
Unidade de aquisição/fornecimento: 00001 - 1,00 UNIDADE	
Quantidade solicitada: 35,0000	
Marca: Vidralha	
Modelo: Espelho 4mm	
Valor unitário: R\$ 1.000,0000	Valor total: R\$ 35.000,00
Identificação do licitante:	
41.254.133/0001-71 - MICHELLE CRISTINA ALVES DE PAIVA SILVA	
Valor total: R\$ 90.000,00	
Nº do item no lote: 1	Nº do item no processo: 2
Código do item: 001900803	Tipo: Material
Especificação do item:	
ESPELHO DE SEGURANCA - APLICACAO: GARAGEM; TIPO: CONVEXO; FORMATO: REDONDO; DIMENSOES: 60 CM; CAMPO DE VISAO: 180 GRAUS; BORDA: EMBORRACHADA; CARACTERI	
Unidade de aquisição/fornecimento: 00001 - 1,00 UNIDADE	
Quantidade solicitada: 10,0000	
Marca: ESPELHO DE SEGURANCA	
Valor unitário: R\$ 2.000,0000	Valor total: R\$ 20.000,00
Nº do item no lote: 2	Nº do item no processo: 1
Código do item: 001962507	Tipo: Material
Especificação do item:	
ESPELHO PARA BANHEIRO - FORMATO: RETANGULAR; MODELO: CRISTAL NACIONAL; MOLDURA: SEM MOLDURA; FIXACAO: BOTAO FINESSON; DIMENSOES: 60CM LARGURA X 100CM A	
Unidade de aquisição/fornecimento: 00001 - 1,00 UNIDADE	
Quantidade solicitada: 35,0000	
Marca: ESPELHO PARA BANHEIRO	
Valor unitário: R\$ 2.000,0000	Valor total: R\$ 70.000,00
Identificação do licitante:	
41.658.519/0001-49 - CENTRAL SUPRIMENTOS LTDA -ME	
Valor total: R\$ 37.100,00	

Nº do item no lote: 1	Nº do item no processo: 2
Código do item: 001900803	Tipo: Material
Especificação do item:	
ESPELHO DE SEGURANCA - APLICACAO: GARAGEM; TIPO: CONVEXO; FORMATO: REDONDO; DIMENSOES: 60 CM; CAMPO DE VISAO: 180 GRAUS; BORDA: EMBORRACHADA; CARACTERI	
Unidade de aquisição/fornecimento: 00001 - 1,00 UNIDADE	
Quantidade solicitada: 10,0000	
Marca: bg	
Modelo: Conforme Solicitado	
Valor unitário: R\$ 490,0000	Valor total: R\$ 4.900,00
Nº do item no lote: 2	Nº do item no processo: 1
Código do item: 001962507	Tipo: Material
Especificação do item:	
ESPELHO PARA BANHEIRO - FORMATO: RETANGULAR; MODELO: CRISTAL NACIONAL; MOLDURA: SEM MOLDURA; FIXACAO: BOTAO FINESSON; DIMENSOES: 60CM LARGURA X 100CM A	
Unidade de aquisição/fornecimento: 00001 - 1,00 UNIDADE	
Quantidade solicitada: 35,0000	
Marca: Bg	
Modelo: Conforme Solicitado	
Valor unitário: R\$ 920,0000	Valor total: R\$ 32.200,00
Identificação do licitante:	
48.947.094/0001-37 - 48.947.094 JORGE ANTONIO MIGUEL	
Valor total: R\$ 15.000,00	
Nº do item no lote: 1	Nº do item no processo: 2
Código do item: 001900803	Tipo: Material
Especificação do item:	
ESPELHO DE SEGURANCA - APLICACAO: GARAGEM; TIPO: CONVEXO; FORMATO: REDONDO; DIMENSOES: 60 CM; CAMPO DE VISAO: 180 GRAUS; BORDA: EMBORRACHADA; CARACTERI	
Unidade de aquisição/fornecimento: 00001 - 1,00 UNIDADE	
Quantidade solicitada: 10,0000	
Marca: GLASS VIDROS	
Valor unitário: R\$ 660,0000	Valor total: R\$ 6.600,00
Nº do item no lote: 2	Nº do item no processo: 1
Código do item: 001962507	Tipo: Material
Especificação do item:	
ESPELHO PARA BANHEIRO - FORMATO: RETANGULAR; MODELO: CRISTAL NACIONAL; MOLDURA: SEM MOLDURA; FIXACAO: BOTAO FINESSON; DIMENSOES: 60CM LARGURA X 100CM A	
Unidade de aquisição/fornecimento: 00001 - 1,00 UNIDADE	
Quantidade solicitada: 35,0000	
Marca: GUARDIAN	
Valor unitário: R\$ 240,0000	Valor total: R\$ 8.400,00

Identificação do licitante:

52.103.510/0001-98 - TERABAYTE COMERCIO E SERVICOS LTDA

Valor total: R\$ 21.000,00**Nº do item no lote:** 1**Nº do item no processo:** 2**Código do item:** 001900803**Tipo:** Material**Especificação do item:**

ESELHO DE SEGURANCA - APLICACAO: GARAGEM; TIPO: CONVEXO; FORMATO: REDONDO; DIMENSOES: 60 CM; CAMPO DE VISAO: 180 GRAUS; BORDA: EMBORRACHADA; CARACTERI

Unidade de aquisição/fornecimento: 00001 - 1,00 UNIDADE**Quantidade solicitada:** 10,0000**Marca:** ATI**Modelo:** 60CM**Valor unitário:** R\$ 700,0000**Valor total:** R\$ 7.000,00**Nº do item no lote:** 2**Nº do item no processo:** 1**Código do item:** 001962507**Tipo:** Material**Especificação do item:**

ESELHO PARA BANHEIRO - FORMATO: RETANGULAR; MODELO: CRISTAL NACIONAL; MOLDURA: SEM MOLDURA; FIXACAO: BOTAO FINESSON; DIMENSOES: 60CM LARGURA X 100CM A

Unidade de aquisição/fornecimento: 00001 - 1,00 UNIDADE**Quantidade solicitada:** 35,0000**Marca:** STILLUS**Modelo:** 100X60**Valor unitário:** R\$ 400,0000**Valor total:** R\$ 14.000,00**Identificação do licitante:**

57.585.471/0001-26 - 57.585.471 GABRIEL OLIVEIRA DO CARMO

Valor total: R\$ 15.175,00**Nº do item no lote:** 1**Nº do item no processo:** 2**Código do item:** 001900803**Tipo:** Material**Especificação do item:**

ESELHO DE SEGURANCA - APLICACAO: GARAGEM; TIPO: CONVEXO; FORMATO: REDONDO; DIMENSOES: 60 CM; CAMPO DE VISAO: 180 GRAUS; BORDA: EMBORRACHADA; CARACTERI

Unidade de aquisição/fornecimento: 00001 - 1,00 UNIDADE**Quantidade solicitada:** 10,0000**Marca:** ESELHO DE SEGURANCA**Modelo:** ESELHO DE SEGURANCA CONVEXO**Valor unitário:** R\$ 660,0000**Valor total:** R\$ 6.600,00**Nº do item no lote:** 2**Nº do item no processo:** 1**Código do item:** 001962507**Tipo:** Material**Especificação do item:**

ESELHO PARA BANHEIRO - FORMATO: RETANGULAR; MODELO: CRISTAL NACIONAL; MOLDURA: SEM MOLDURA; FIXACAO: BOTAO FINESSON; DIMENSOES: 60CM LARGURA X 100CM A

Unidade de aquisição/fornecimento: 00001 - 1,00 UNIDADE

Quantidade solicitada: 35,0000

Marca: ESPELHO PARA BANHEIRO

Modelo: ESPELHO PARA BANHEIRO RTANGULAR

Valor unitário: R\$ 245,0000

Valor total: R\$ 8.575,00

Lances:

Data/hora	Licitante	Valor Total (R\$)	Foi excluído pelo titular?
27/12/2024 14:59:58.858	19.477.777/0001-70 - SERRALHERIA VASCONCELOS LTDA -ME	12.350,00	Não
27/12/2024 14:59:58.533	11.399.829/0001-25 - ALESSANDER DE OLIVEIRA LIMA -ME	9.241,00	Não
27/12/2024 14:59:58.172	52.103.510/0001-98 - TERABAYTE COMERCIO E SERVICOS LTDA	10.399,00	Não
27/12/2024 14:59:57.261	41.658.519/0001-49 - CENTRAL SUPRIMENTOS LTDA -ME	14.988,00	Não
27/12/2024 14:59:56.896	19.994.997/0001-70 - CRIATIVA SOLUCOES PARA CONSTRUCAO LTDA	10.628,00	Não
27/12/2024 14:59:56.039	03.265.966/0001-49 - POSITIVA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS E SERVICOS LTDA	11.997,00	Não
27/12/2024 14:59:56.011	17.263.096/0001-83 - MERCEARIA INDIANOPOLIS LTDA	8.937,44	Não
27/12/2024 14:59:53.819	57.585.471/0001-26 - 57.585.471 GABRIEL OLIVEIRA DO CARMO	11.499,00	Não
27/12/2024 14:59:35.852	48.947.094/0001-37 - 48.947.094 JORGE ANTONIO MIGUEL	9.700,00	Não
27/12/2024 14:58:30.537	19.994.997/0001-70 - CRIATIVA SOLUCOES PARA CONSTRUCAO LTDA	27.490,00	Não
27/12/2024 14:51:40.098	57.585.471/0001-26 - 57.585.471 GABRIEL OLIVEIRA DO CARMO	13.999,99	Não
27/12/2024 14:44:30.029	11.399.829/0001-25 - ALESSANDER DE OLIVEIRA LIMA -ME	14.887,00	Não
27/12/2024 13:54:15.539	57.585.471/0001-26 - 57.585.471 GABRIEL OLIVEIRA DO CARMO	14.989,99	Não
27/12/2024 13:17:32.739	19.477.777/0001-70 - SERRALHERIA VASCONCELOS LTDA -ME	15.000,00	Não
27/12/2024 09:12:59.454	11.399.829/0001-25 - ALESSANDER DE OLIVEIRA LIMA -ME	14.999,99	Não

Verificação de conformidade:

Data/Hora	Evento
30/12/2024 14:09	A proposta do licitante 17.263.096/0001-83 - MERCEARIA INDIANOPOLIS LTDA foi verificada e classificada. O valor total da proposta foi de 8.937,40.

Negociação de propostas:

Licitante	Houve Negociação ?	Justificativa de finalização pelo agente
17.263.096/0001-83 - MERCEARIA INDIANOPOLIS LTDA	Não	-

Aceitação de propostas:

Data/Hora	Evento
30/12/2024 14:21	A proposta do licitante 17.263.096/0001-83 - MERCEARIA INDIANOPOLIS LTDA foi aceita. O valor total da proposta foi de 8.937,40.

Habilitação de licitante:

Data/Hora	Evento
30/12/2024 14:22	O licitante 17.263.096/0001-83 - MERCEARIA INDIANOPOLIS LTDA foi habilitado, de acordo com as exigências do edital.

Suspensões e reativações:

Data/Hora	Evento
27/12/2024 16:01	Suspensão
	Motivo: Análise de Proposta
	Data e hora prevista para reativação: 30/12/2024 14:00
30/12/2024 14:08	Reativação

Mensagens de chat

Data/Hora	Remetente	Lote	Mensagem
27/12/2024 09:00:37	Portal de compras	Todos	A sessão do procedimento 1441003 000153/2024 foi iniciada.
27/12/2024 10:01:10	Titular da sessão	Todos	Bom dia!
27/12/2024 10:02:09	Titular da sessão	Todos	Qualquer dúvida estamos a disposição
27/12/2024 12:40:24	F000125	1	Bom dia. Somente entrega, sem instalação?
27/12/2024 14:25:08	Titular da sessão	Todos	Somente entrega, nao existe instalação

Mensagens de chat

Data/Hora	Remetente	Lote	Mensagem
27/12/2024 15:00:00	Portal de compras	1	Houve empate entre as propostas iniciais dos fornecedores F000137, F000139, e durante a fase de cotação de preços, não houve oferta de novos lances, permanecendo a condição de empate. O desempate foi realizado pelo sistema, através de sorteio, e a classificação dos fornecedores foi atualizada.
27/12/2024 15:13:58	Portal de compras	1	Caro fornecedor F000138, favor realizar a estratificação de sua proposta para o lote 1. A data limite para o envio da proposta é 27/12/2024 16:13.
27/12/2024 15:35:52	Portal de compras	1	A estratificação da proposta do licitante F000138 foi concluída.
27/12/2024 16:01:09	Titular da sessão	Todos	O item ofertado será analisado e retornaremos na segunda, dia 30/12 as 14hs
27/12/2024 16:01:38	Portal de compras	1	Esse lote foi suspenso. O motivo informado foi: "Análise de Proposta ". O lote deve ser reativado no dia 30/12/2024 às 14:00.
30/12/2024 14:08:50	Portal de compras	1	Esse lote foi reativado.
30/12/2024 14:08:55	Titular da sessão	Todos	Boa tarde
30/12/2024 14:09:03	Titular da sessão	Todos	Informo que o produto foi aceito
30/12/2024 14:09:31	Portal de compras	1	A verificação da conformidade da proposta foi iniciada.
30/12/2024 14:09:40	Portal de compras	1	A proposta do fornecedor 17.263.096/0001-83 - MERCEARIA INDIANOPOLIS LTDA para esse lote foi verificada e classificada. O valor total da proposta foi R\$8.937,40.
30/12/2024 14:15:00	Portal de compras	1	O licitante 17.263.096/0001-83 - MERCEARIA INDIANOPOLIS LTDA é convidado a negociar sua proposta para o lote 1. A data limite para o envio da proposta é 30/12/2024 14:30.
30/12/2024 14:15:20	Portal de compras	1	O prazo para negociação da proposta do licitante 17.263.096/0001-83 - MERCEARIA INDIANOPOLIS LTDA foi finalizado pelo licitante.
30/12/2024 14:15:39	F000138	1	Boa tarde, infelizmente não consigo melhorar o valor ofertado.
30/12/2024 14:15:51	Titular da sessão	Todos	Agradeço a manifestação
30/12/2024 14:21:40	Portal de compras	1	A proposta do fornecedor 17.263.096/0001-83 - MERCEARIA INDIANOPOLIS LTDA para esse lote foi aceita. O valor total da proposta foi R\$8.937,40.
30/12/2024 14:22:03	Portal de compras	1	O fornecedor 17.263.096/0001-83 - MERCEARIA INDIANOPOLIS LTDA, cuja proposta foi aceita, foi Habilitado para esse lote.
30/12/2024 14:30:25	F000138	1	Sra. Pregoeira, o lote já finalizou? Posso sair da sala?
30/12/2024 14:30:40	F000138	1	Ou tem mais algum procedimento a ser realizado?

Atas anteriores

Número da ata	Data de geração	Lote
1	30/12/2024 16:09	1

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 15:00:00 horas, do dia 27 de Dezembro de 2024, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Agente responsável.

BARBARA ARAUJO MEIRELES

Agente responsável

JESSICA GONCALVES DOS REIS

Agente suplente